



Independent member  
**Morison Global**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

São Paulo, 08 de outubro de 2021.

À  
**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**  
Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores

Encaminhamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRC 2SP033482/O-3

**Vagner Alves de Lira**  
CT CRC Nº 1SP222941/O-8 – S - MG

## SAAG INVESTIMENTOS S.A.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

#### ÍNDICE

#### Páginas

|                                         |   |
|-----------------------------------------|---|
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE ..... | 2 |
|-----------------------------------------|---|

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

|                                                      |     |
|------------------------------------------------------|-----|
| Balanco Patrimonial .....                            | 5-6 |
| Demonstração do Resultado do Exercício.....          | 7   |
| Demonstração do Resultado Abrangente .....           | 8   |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 9   |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa.....                | 10  |

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..... | 11 |
|-------------------------------------------------------|----|

---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

Aos Acionistas e Administradores da  
**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**  
Belo Horizonte - MG

**OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações financeiras da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** em 31 de dezembro de 2021 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**BASE PARA OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS***Investigações legais - riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa nº “4.b” às demonstrações financeiras, em resposta a notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2015, com relação às delações premiadas no contexto da Operação Lava Jato, sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços a controlada MESA S.A. com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), a Administração da Controlada conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações publicadas. Não é possível avaliar os desdobramentos finais dessas investigações e se haverá impacto nas demonstrações financeiras da controlada e consequente reflexo na Companhia. Nossa opinião não está modificada em decorrência desse assunto.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que os órgãos da administração e controladores pretendam liquidar as atividades da empresa ou cessar suas operações ou, ainda, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de outubro de 2022.

## **MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC 2SP033482/O-3

**Vagner Alves de Lira**

CT CRC Nº 1SP222941/O-8

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

| <b>ATIVO</b>                         | <b>Notas</b> | <b>2021</b> | <b>2020</b>    |
|--------------------------------------|--------------|-------------|----------------|
| <b><u>Ativo circulante</u></b>       |              |             |                |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 3            | 5           | 87             |
| Impostos a recuperar                 |              | 2           | 4              |
| <b>Total do ativo circulante</b>     |              | <b>7</b>    | <b>91</b>      |
| <b><u>Ativo não circulante</u></b>   |              |             |                |
| Investimentos                        | 4            | -           | 237.195        |
| <b>Total do ativo não circulante</b> |              | <b>-</b>    | <b>237.195</b> |
| <b>Total do ativo</b>                |              | <b>7</b>    | <b>237.286</b> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>          | <b>Notas</b> | <b>2021</b> | <b>2020</b>    |
|----------------------------------------------|--------------|-------------|----------------|
| <b><u>Passivo circulante</u></b>             |              |             |                |
| Fornecedores                                 |              | 5           | 13             |
| Demais passivos circulantes                  |              | 1           | 1              |
| Partes relacionadas                          |              | -           | 13             |
| <b>Total do passivo circulante</b>           |              | <b>6</b>    | <b>27</b>      |
| <b><u>Patrimônio líquido</u></b>             |              |             |                |
|                                              | <b>5</b>     |             |                |
| Capital social                               |              | 1.175.010   | 1.172.942      |
| Adiantamento para futuro aumento de capital  |              | -           | 1.568          |
| Prejuízos acumulados                         |              | (1.180.061) | (942.303)      |
| Ajustes de avaliação patrimonial             |              | 5.052       | 5.052          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>           |              | <b>1</b>    | <b>237.259</b> |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |              | <b>7</b>    | <b>237.286</b> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras



**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                                        | <b>Notas</b> | <b>2021</b>      | <b>2020</b>      |
|--------------------------------------------------------|--------------|------------------|------------------|
| <b>Receitas e Despesas</b>                             |              |                  |                  |
| Despesas gerais, administrativas e tributárias         | 7            | (564)            | (494)            |
| Resultado da equivalência patrimonial                  | 4            | (237.195)        | (152.990)        |
|                                                        |              | <b>(237.759)</b> | <b>(153.484)</b> |
| Receitas financeiras                                   |              | 3                | 3                |
| Despesas financeiras                                   |              | (2)              | (1)              |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                    | <b>6</b>     | <b>1</b>         | <b>(2)</b>       |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                    |              | <b>(237.758)</b> | <b>(153.482)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                 | 8            | -                | -                |
| <b>Prejuízo do exercício</b>                           |              | <b>(237.758)</b> | <b>(153.482)</b> |
| <b>Prejuízo básico e diluído por milhares de ações</b> | <b>5 (d)</b> | <b>(0,0116)</b>  | <b>(0,0075)</b>  |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                          | <b>2021</b>      | <b>2020</b>      |
|------------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Prejuízo do exercício</b>             | <b>(237.758)</b> | <b>(153.482)</b> |
| Outros resultados abrangentes            | -                | -                |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b> | <b>(237.758)</b> | <b>(153.482)</b> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                                  | Capital social   | Adiantamento<br>para futuro<br>aumento de<br>capital-AFAC | Prejuízos<br>Acumulados | Ajustes de<br>Avaliação<br>Patrimonial | Total            |
|--------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>          | <b>1.172.942</b> | <b>1.174</b>                                              | <b>(788.821)</b>        | <b>5.052</b>                           | <b>390.347</b>   |
| Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC | -                | 394                                                       | -                       | -                                      | <b>394</b>       |
| Prejuízo do exercício                            | -                | -                                                         | (153.482)               | -                                      | <b>(153.482)</b> |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>          | <b>1.172.942</b> | <b>1.568</b>                                              | <b>(942.303)</b>        | <b>5.052</b>                           | <b>237.259</b>   |
| Aumento de capital                               | 500              | -                                                         | -                       | -                                      | <b>500</b>       |
| Aumento de capital mediante AFAC                 | 1.568            | (1.568)                                                   | -                       | -                                      | -                |
| Prejuízo do exercício                            | -                | -                                                         | (237.758)               | -                                      | <b>(237.758)</b> |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>          | <b>1.175.010</b> | <b>-</b>                                                  | <b>(1.180.061)</b>      | <b>5.052</b>                           | <b>1</b>         |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

**SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais)

|                                                             | <b>2.021</b> | <b>2.020</b> |
|-------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>           |              |              |
| Prejuízo do exercício                                       | (237.758)    | (153.482)    |
| Resultado de equivalência patrimonial                       | 237.195      | 152.990      |
| <b>Resultado ajustado</b>                                   | <b>(563)</b> | <b>(492)</b> |
| <b>Atividades operacionais</b>                              |              |              |
| Aplicação financeira de longo prazo                         | -            | 166          |
| Fornecedores                                                | (7)          | 10           |
| Demais ativos e passivos                                    | (12)         | 6            |
|                                                             | <b>(19)</b>  | <b>182</b>   |
| <b>Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais</b> | <b>(582)</b> | <b>(310)</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>       |              |              |
| Aumento de capital                                          | 500          | 394          |
| <b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b> | <b>500</b>   | <b>394</b>   |
| <b>(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b>(82)</b>  | <b>84</b>    |
| <b>Demonstrado como segue:</b>                              |              |              |
| Caixa e equivalentes no início do exercício                 | 87           | 3            |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício                    | 5            | 87           |
| <b>(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b>(82)</b>  | <b>84</b>    |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

## **SAAG INVESTIMENTOS S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A SAAG Investimentos S.A. (“Companhia” ou “SAAG”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 25 de fevereiro de 2010, resultante da cisão parcial do patrimônio da Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGPar”) aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. A parcela cindida correspondeu à totalidade das quotas do capital social da Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. (“AG Telecomunicações”) detidas pela AGPar, equivalente a 100% (cem por cento) do capital, e ao crédito de conta corrente existente entre as duas empresas a favor da AGPar.

A Companhia tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. com sede no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, no bairro Prado, na Rua dos Pampas, 568 – sala 06. A Companhia é uma *holding* investida controlada pelo Fundo de Investimentos em Participações Melbourne (“FIP”), que em 31 de dezembro de 2021 detém 50,67% do capital votante e 83,42% do capital total da Companhia e pela AG Participações S.A., que em 31 de dezembro de 2021 detém 49,33% do capital votante e 16,58% do capital total.

## **INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS DA COMPANHIA**

### **MADEIRA ENERGIA S.A. (“MESA”)**

MESA é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, controladora da Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) e esta tem por objetivo a operação e a manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (“UHE Santo Antônio”) e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público (“Contrato de Concessão”) nº 001/2008-MME.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses (prazo original de 35 anos, prazo adicional conforme Lei 14.052/2020 de 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de sua assinatura, de 13 de junho de 2008. A energia elétrica produzida é comercializada pela Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), controlada da MESA, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, a UHE Santo Antônio dispõe de 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física, mesmos valores do exercício anterior.

## **Histórico societário**

Conforme mencionado, a Companhia é oriunda de uma cisão parcial na qual recebeu 100% (cem por cento) das quotas de participação do capital na AG Telecomunicações. No exercício de 2011, o Grupo Andrade Gutierrez realizou uma reorganização societária no segmento de telecomunicações, simplificando sua estrutura operacional, reduzindo custos administrativos e otimizando processos. Como consequência, a Companhia transferiu a totalidade das quotas detidas na investida AG Telecomunicações para sua controladora à época, Andrade Gutierrez S.A. (“AGSA”).

Em 20 de dezembro de 2013, a AGSA transferiu a totalidade das ações da Companhia para a AGPar, que a partir desta data o capital social da Companhia passou a ser detido em sua totalidade pela AGPar. Em 21 de dezembro de 2013, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a alteração do objeto social da Companhia, que passou a ter a participação no capital social da MESA, sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade ou consórcio. Tendo em vista a alteração do objeto social, os acionistas deliberaram a alteração da denominação social da Companhia, de “Andrade Gutierrez Telecomunicações e Participações S.A.” (denominação anterior) para “SAAG Investimentos S.A.” (denominação atual).

Em 11 de março de 2014, a AGPar celebrou, na condição de Vendedora, com o Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia (“FIP Melbourne”), representado pelo Banco Modal S.A., Administrador do FIP Melbourne, na condição de Comprador, Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, de 83% (oitenta e três por cento) do capital social total, sendo 49% (quarenta e nove por cento) das ações com direito a voto (ações ordinárias) e o restante, 34% (trinta e quatro por cento) do total de ações, correspondentes a 100% (cem por cento) das ações sem direito a voto (ações preferenciais). Dentre as condições precedentes previstas, estavam a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a participação da Companhia em 12,4% (doze vírgula quatro por cento) do capital social da MESA.

Para atender a uma das condições precedentes do referido contrato, a Companhia deliberou, em 27 de maio de 2014, o aumento de capital mediante emissão privada de novas ações, que foram integralizadas por sua controladora AGPar com o saldo do investimento mantido por esta na MESA. Dessa forma, a Companhia passou a deter participação de 12,4% no capital da MESA.

No dia 6 de junho de 2014, após atendimento de todas as condições precedentes previstas, a AGPar concretizou o Contrato de Compra e Venda de Ações, transferindo ao FIP Melbourne 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias da Companhia e 100% (cem por cento) das ações preferências, somando 83% (oitenta e três por cento) do capital total.

Durante o exercício de 2018, a Companhia teve seu percentual de participação no capital social da MESA reduzido de 12,40% para 10,53% em função de operações de aumento de capital da investida nos quais a Companhia não aportou ou aportou de forma desproporcional.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral. Como consequência da sentença arbitral, a participação societária da SAAG na MESA seria aumentada de 10,5322% para 12,1623%, caso a sentença fosse imediatamente aplicada. Maiores detalhes desse assunto estão descritos na nota explicativa nº 4 – investimentos.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

### **2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas inicialmente com base no custo histórico.

### **2.2. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Estimativas e julgamentos críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e aos valores dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia entende que não há risco significativo de ajustes materiais sobre os saldos ativos e passivos.

## **2.5. Principais políticas e práticas contábeis**

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### **b) Investimentos**

Os investimentos em controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras deve ser constituída provisão no passivo para aqueles investimentos que possuem passivo a descoberto. Em 31 de dezembro de 2021, não havia provisão para passivo a descoberto das companhias investidas.

### **c) Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

### **d) Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico.

### **e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura.



**f) Instrumentos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e está estruturada para abranger três aspectos principais: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) redução ao valor recuperável (*impairment*) e c) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou riscos de redução ao valor recuperável de ativos e não possui operações de *hedge accounting*.

Os principais aspectos na aplicação do CPC 48 estão relacionados à classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito a seguir:

**Ativos financeiros**

As categorias de classificação dos ativos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- Custo amortizado: utilizada quando os ativos financeiros administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam aos critérios descritos acima.

**Passivos financeiros**

As categorias de classificação dos passivos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo;
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

No quadro abaixo, estão demonstradas as alterações de classificação dos ativos e passivos financeiros a partir das definições trazidas pelo CPC 48:

|                               | Classificação anterior (CPC 38)   | Classificação atual (CPC 48)      |
|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ativos financeiros</b>     |                                   |                                   |
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio do resultado |
| <b>Passivos financeiros</b>   |                                   |                                   |
| Partes relacionadas           | Empréstimos e recebíveis          | Custo amortizado                  |

## 2.6. Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes normas novas e/ou alteradas foram avaliadas pela administração e não tem impacto ou impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 / IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15 / IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1).

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a valores mantidos em conta corrente e operação compromissada que não possuem qualquer restrição de liquidez ou risco de perda significativa de valor, conforme demonstrado abaixo:

| Descrição            | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------|------------|------------|
| Caixa e bancos       | 1          | 87         |
| Aplicação financeira | 4          | -          |
| <b>Total</b>         | <b>5</b>   | <b>87</b>  |

## 4. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021, a única participação societária da Companhia refere-se ao investimento na Madeira Energia S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As movimentações da participação societária detida pela Companhia estão demonstradas a seguir:

| <b>Descrição</b>                | <b>Saldo inicial<br/>31/12/2020</b> | <b>Equivalência<br/>patrimonial</b> | <b>Saldo final<br/>31/12/2021</b> |
|---------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Coligada:</b>                |                                     |                                     |                                   |
| <b>Madeira Energia S/A. (1)</b> | 237.195                             | (237.195)                           | -                                 |
|                                 | <b>237.195</b>                      | <b>(237.195)</b>                    | <b>-</b>                          |

**(1)** Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa

Os resumos das informações financeiras da investida, em 31 de dezembro de 2021, são assim demonstrados:

|                                             |                   |
|---------------------------------------------|-------------------|
| <b>Madeira Energia S.A.</b>                 | <b>31/12/2021</b> |
| Ativos circulante e não circulante          | 2.461.375         |
| Passivos circulante e não circulante        | 969.338           |
| Patrimônio líquido                          | 1.492.037         |
| Capital social                              | 10.619.786        |
| Resultado do exercício                      | (12.386)          |
| Número de ações ordinárias                  | 12.034.025.147    |
| Número de ações preferenciais               | -                 |
| Quantidade de ações detidas pela Companhia  | 1.267.444.947     |
| Participação no capital social da investida | 10,53%            |

#### **a) Procedimento de arbitragem**

Conforme detalhado a seguir, a sentença arbitral proferida em 31 de janeiro de 2022 no processo CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), em que a SAE é parte, foi desfavorável aos pleitos da investida, e representa um evento subsequente ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras da Companhia, com efeito modificativo. Assim, em cumprimento às previsões do CPC 24/IAS 10 – Evento subsequente, o patrimônio líquido da MESA referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, divulgado nas demonstrações contábeis da investida emitidas anteriormente à disponibilização da sentença proferida, foi ajustado de forma a refletir os seus resultados, uma vez que essa sentença evidencia condições que já existiam em 31 de dezembro de 2021.

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1ª unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a MESA segue com capital circulante líquido negativo. Ressalte-se que as hidrelétricas constituídas sob o formato de Project Finance estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa.

#### **Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A**

Em 2018, a SAAG e a CEMIG instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária da SAAG na MESA seria aumentada de 10,5322% para 12,1623%, caso a sentença fosse imediatamente aplicada.

A administração da MESA, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou como provável o prognóstico de perda deste procedimento e provisionou o valor de R\$ 754.670 no passivo circulante em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A MESA não realizou a reversão do aumento de capital imediatamente após a sentença por aguardar o período de esclarecimentos e emissão da posição final pelo Tribunal Arbitral.

Após receber e analisar os pedidos de esclarecimentos das partes, o Tribunal Arbitral divulgou, em 16 de março de 2022, a decisão final, mantendo o cancelamento do aumento de capital controverso de 2018 e consequente cancelamento das ações emitidas à época, com prazo de 45 dias para cumprimento.

A acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., parte requerida na arbitragem supracitada, ingressou com ação judicial visando à suspensão dos efeitos da referida sentença, tendo obtido decisão liminar favorável, em 28 de abril de 2022. A MESA, portanto, não efetivou o cumprimento da sentença, em observância à decisão judicial, e informou que não efetuará o cancelamento do aumento de capital objeto da lide enquanto vigorar a suspensão dos efeitos da sentença arbitral.

**Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.**

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.
- ii Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.
- iii Responsabilidade do GICOM, grupo eletromecânico integrante do CCSA, pelos defeitos de fabricação e montagem das unidades geradoras.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indicou que os principais pedidos da SAESA foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a serem pagos pela SAESA em razão da condenação em questão devem ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Visando prover a MESA com os recursos necessários para fazer frente aos pagamentos decorrentes da sentença arbitral, em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$ R\$1.582.551 mil, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,055% para 72,364%, diluindo a participação societária detida pela SAAG, de 10,5322% para 5,1114%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito acima.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 04 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

### **Investimento na Madeira Energia S.A.**

A sentença arbitral, desfavorável aos pleitos da SAE, representa um evento subsequente ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras da Companhia, com efeito modificativo e de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral, uma vez que evidencia condições que já existiam em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as previsões do CPC 24/IAS 10 – Evento subsequente (vide nota explicativa nº 10)

Os efeitos da sentença proferida no âmbito do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA resultaram em passivo a descoberto na investida, e, assim, a Companhia reduziu a zero o valor de seu investimento, reconhecendo uma perda no montante de R\$ 237.195. Nenhuma provisão em relação às obrigações assumidas perante a investida (item 39 do CPC 18) não foram reconhecidas em razão da ausência de probabilidade de saída de recursos, tendo em vista o aumento de capital promovido por Furnas, supracitado.

### **b) Investigação e medidas legais**

A Controlada MESA S.A. implantou e mantém, desde 2018, Programa de Integridade e Controles Internos, voltado à prevenção, detecção e remediação de fraudes, corrupção ou qualquer ato ilícito em linha com a Lei Anticorrupção Brasileira e seus regulamentos. A Controlada conduz análise de riscos anuais para direcionar as atividades de “compliance” aos riscos de negócio identificados, conduz revisão de terceiros, mantém ciclos de treinamentos anuais aos seus colaboradores e terceiros contratados e mantém um canal de denúncias disponível 24 horas, além de atividades de auditorias internas frequentes em todas as áreas. Todas as atividades de “compliance” são acompanhadas diretamente e mensalmente pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e pelo seu Conselho de Administração.

A Controlada é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos e do Pacto Global da ONU (“UN Global Compact”) alinhando sua estratégia e operação aos 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

A Administração da Controlada está comprometida e vem adotando todos os procedimentos alinhados com as melhores práticas de “compliance” e governança corporativa. Em 2018, a Controlada contratou escritório jurídico independente, especializado em investigações forenses, para realizar investigação específica, a partir de notícias veiculadas pela imprensa relacionadas com a Operação Lava Jato, sobre alegações de possíveis atividades ilegais envolvendo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora e que também prestaram serviços à Controlada. A investigação interna, concluída em fevereiro de 2019, não encontrou qualquer evidência que permita corroborar as alegações feitas.

## **5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$1.175.010 (R\$1.172.942 em 31 de dezembro de 2020).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de abril de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.174 representado por 16.026.954 ações ordinárias e 32.053.907 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas previstas no orçamento de 2019. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em agosto de 2021 e a integralização do capital, originalmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, foi efetivada no exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 394 representado por 6.912.246 ações ordinárias e 13.650.390 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas previstas no orçamento de 2020. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em setembro de 2021 e a integralização do capital, originalmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, foi efetivada no exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 250 representado por 4.385.720 ações ordinárias e 8.660.976 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas solicitadas pela Diretoria. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 09 de setembro de 2021 e a integralização do capital foi efetivada no exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de junho de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 250 representado por 4.385.720 ações ordinárias e 8.660.976 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas solicitadas pela Diretoria. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 18 de outubro de 2021 e a integralização do capital foi efetivada no exercício de 2021.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é demonstrada abaixo:

| Descrição                                                           | 31/12/2021           |                |                       |                |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
|                                                                     | ON                   | % Votante      | PN                    | % Total        |
| Andrade Gutierrez Participações S/A.                                | 3.385.546.144        | 49,33%         | -                     | 16,58%         |
| Fundo de Investimentos em Participação<br>Melbourne Multiestratégia | 3.477.950.941        | 50,67%         | 13.554.120.376        | 83,42%         |
| <b>Total do capital social</b>                                      | <b>6.863.497.085</b> | <b>100,00%</b> | <b>13.554.120.376</b> | <b>100,00%</b> |

| Descrição                                                           | 31/12/2020           |                |                       |                |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
|                                                                     | ON                   | % Votante      | PN                    | % Total        |
| Andrade Gutierrez Participações S/A.                                | 3.381.219.470        | 49,33%         | -                     | 16,58%         |
| Fundo de Investimentos em Participação<br>Melbourne Multiestratégia | 3.473.506.175        | 50,67%         | 13.536.798.424        | 83,42%         |
| <b>Total do capital social</b>                                      | <b>6.854.725.645</b> | <b>100,00%</b> | <b>13.536.798.424</b> | <b>100,00%</b> |

#### **b) Prejuízos acumulados**

A rubrica de prejuízos acumulados representa os resultados acumulados apurados pela Companhia nos exercícios anteriores, acrescidos do resultado do exercício corrente, apresentado separadamente na demonstração do resultado do exercício.

#### **c) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em decorrência das operações mencionadas na nota explicativa nº 5-a, no exercício de 2018 a Companhia reconheceu, diretamente no patrimônio líquido, o resultado de mudanças no seu percentual de participação relativa no capital social de sua investida.

#### **d) Resultado por ação**

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas dividindo-o pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.



Os cálculos do resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são assim demonstrados:

| <b>(Em milhares, exceto o valor por ação)</b>              | <b>31/12/2021</b> | <b>31/12/2020</b> |
|------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Resultado do exercício atribuível aos acionistas</b>    | <b>(237.758)</b>  | <b>(153.482)</b>  |
| Disponível aos acionistas ordinários                       | (117.285)         | (75.713)          |
| Disponível aos acionistas preferenciais                    | (120.473)         | (77.769)          |
| <b>Resultado do exercício atribuível aos acionistas</b>    | <b>(237.758)</b>  | <b>(153.482)</b>  |
| <b>Denominador (em milhares de ações)</b>                  |                   |                   |
| Média ponderada de número de ações ordinárias              | 6.863.497         | 6.854.725         |
| Média ponderada de número de ações preferenciais           | 13.554.120        | 13.536.798        |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>20.417.617</b> | <b>20.391.523</b> |
| <b>Resultado básico e diluído atribuído aos acionistas</b> | <b>(0,0116)</b>   | <b>(0,0075)</b>   |

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia é composto basicamente por receitas com rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$3 (R\$3 em 31 de dezembro de 2020) e despesas provenientes de tarifas e encargos bancários no valor de R\$2 (R\$1 em 31 de dezembro de 2020).

## 7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

Apresentamos, a seguir, o detalhamento à cerca das naturezas das despesas gerais e administrativas apresentadas na demonstração do resultado:

| <b>Descrição</b>      | <b>31/12/2021</b> | <b>31/12/2020</b> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços de terceiros | (556)             | (485)             |
| Tributos e taxas      | (8)               | (9)               |
| <b>Total</b>          | <b>(564)</b>      | <b>(494)</b>      |

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% (vinte e cinco por cento) e a alíquota para contribuição social é de 9% (nove por cento), produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34% (trinta e quatro por cento).

A seguir demonstra-se a conciliação da apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

| <b>Descrição</b>                                                                         | <b>31/12/2021</b> | <b>31/12/2020</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>                                        | <b>(237.758)</b>  | <b>(153.482)</b>  |
| Alíquota nominal                                                                         | 34%               | 34%               |
| <b>Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal</b>                         | <b>(80.838)</b>   | <b>(52.184)</b>   |
| <b>(Adições) exclusões permanentes:</b>                                                  |                   |                   |
| Resultado de equivalência patrimonial                                                    | (237.195)         | (52.017)          |
| Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos <b>(a)</b> | 156.357           | (167)             |
| <b>Total</b>                                                                             | <b>(80.838)</b>   | <b>(52.184)</b>   |

- (a)** A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentar expectativa de realização em um futuro previsível.

## **9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO**

A Administração entende que os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital, bem como sua exposição aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, são monitorados e executados por seus acionistas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

## **10. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Companhia orienta que a leitura dessa nota explicativa seja feita em conjunto com a nota explicativa nº 4(a).

### **a) Diluição de participação societária da SAAG na MESA**

Em 7 de junho de 2022, a acionista da MESA Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.551, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,055% para 72,364%, diluindo a participação societária detida pela Companhia de 10,5322% para 5,1114%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito a seguir nesta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAESA e da MESA, que passa a ser composto por 11 membros, sendo assegurado o direito da SAAG e da Cemig GT indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente, até que sejam integralmente exoneradas e liberadas de todas e quaisquer responsabilidades, obrigações e garantias prestadas perante MESA e SAESA no âmbito dos contratos e instrumentos de financiamento, inclusive relacionadas à aquisição de energia elétrica. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da SAAG sobre a investida.

#### **b) Procedimento Arbitral CAM 115/18**

Em relação ao aumento de capital da MESA aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018, os acionistas SAAG e Cemig GT ajuizaram tutela de urgência antecedente ao procedimento arbitral objetivando suspender seus efeitos, que foi indeferida em 1ª e 2ª instâncias. A deliberação, contudo, foi questionada em procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, cujo Termo de Arbitragem foi assinado em 10 de junho de 2019. Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença deferindo a anulação do referido aumento de capital, na parte integralizada em créditos.

Em 13 de janeiro de 2022, foi iniciada a fase de esclarecimentos. Em 16 de março de 2022, o Tribunal Arbitral divulgou às partes a decisão final, apreciando os pedidos de esclarecimentos, mantendo o deferimento da anulação do aumento de capital com correspondente cancelamento das ações emitidas, definindo o prazo de cumprimento de sentença de até 45 dias, porém não estabelecendo qualquer orientação quanto à sua liquidação. Em 29 de abril de 2022, a Companhia foi notificada pelo acionista Furnas, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que houve o ajuizamento de medida judicial (processo nº 1037335-61.2022.8.26.0100) com pedido de tutela de urgência para imediata suspensão dos efeitos da referida sentença arbitral, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes dos efeitos da sentença arbitral, tendo sido deferido o pedido de tutela de urgência em 28 de abril de 2022. Desta forma, em cumprimento a decisão acima referida, a Companhia não realizará quaisquer ajustes nas participações societárias enquanto perdurar a suspensão dos efeitos da sentença.

#### **c) Procedimento Arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA**

Em 07 de fevereiro de 2022 a MESA teve acesso a Sentença Arbitral desfavorável aos seus interesses, o que motivou seu Fato Relevante publicado em 09 de fevereiro de 2022. Em decorrência de tal Sentença Arbitral, a MESA efetuou provisão para perda (PECLD) correspondente ao montante com resultado desfavorável e, posteriormente, na ocasião da celebração dos Acordos visando o encerramento desta arbitragem, reclassificou tais montantes como perda incorrida no resultado do período.

## **11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os membros da diretoria da Companhia tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e autorizaram a sua conclusão e divulgação em 08 de setembro de 2022.

### **DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

Walles de Jesus Lopes Pereira

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Larissa Campos Breves  
Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier  
Guilherme Rodrigues de Paula Chiari  
Marina Rosenthal Rocha  
Gabriel Villas Boas Maia

### **CONTADOR RESPONSÁVEL**

Renata Melloni  
CRC Nº SP-284533/O-5